

Relatório do Grupo de Trabalho Pescas Tradicionais Madrid, quarta-feira, 23 de Abril de 2014, Ministério

Presidência: F. Portela Rosa (Viana Pesca),
Secretariado: JM Robert (CC Sul)

Os membros do grupo de trabalho foram informados de que JM Ortiz não poderia, afinal de contas, assumir a presidência deste grupo de trabalho. Foi indicado que, em virtude dos acordos que anteciparam a criação do CC Sul, a presidência deste grupo devia ser assumida por um representante espanhol. O sector espanhol propôs Sergio Lopez, Director da Federação Regional das Cofradias da Galiza, tendo este sido eleito. No entanto, tendo participado na preparação da reunião enquanto vice-presidente, F. Portela Rosa assumirá a presidência do grupo a título transitório para esta reunião.

O Relatório e a ordem do dia da reunião foram validados.

Implementação da PCP:

Obrigação de Desembarque:

O secretário-geral recordou que uma reunião específica sobre o assunto seria organizada no dia 25 de manhã, dando esta azo à cobertura da nova obrigação. Este quis interrogar os membros do grupo de trabalho sobre os pontos especificamente relacionados com a pesca artesanal.

Os membros do sector indicaram que a nova obrigação seria particularmente restritiva para as unidades de pequenas dimensões, sendo estas muitas vezes antigas e pouco adaptadas ao novo contexto regulamentar. Será particularmente importante obter uma isenção para todos os pescadores que pratiquem a actividade com anzol. Por fim, a realidade dos territórios também terá de ser levada em consideração, à semelhança da ausência de fábrica de transformação nalgumas ilhas da Macaronésia.

Consulta Medidas Técnicas:

A consulta organizada pela Comissão Europeia, bem como o projecto de resposta do CC Sul, foram apresentados. O mesmo não foi alvo de comentários específicos.

Projecto ValorPescar:

Após um resumo do conteúdo e do historial do programa, os membros concordaram com o facto de que este era provavelmente demasiado ambicioso e não suficientemente definido. Pretenderam ver as acções prosseguirem-se relativamente a este assunto, de modo a melhorar as estratégias de valorização dos produtos provenientes da pesca



artesanal. De facto, vários exemplos permitiram patentear que era possível conferir autênticas dinâmicas. A maior prioridade terá de ser dada à partilha de experiências. Com vista a partilhar os meios, os diferentes GLAC serão, para tal, interrogados. Numa segunda fase, os intervenientes poderiam ser reunidos em torno dessa iniciativa.

Pesca recreativa

E. Graupera Monar apresentou aos membros os ambiciosos trabalhos efectuados no âmbito do CC Mediterrânea. Os trabalhos terão tido uma duração total de 2 anos, sendo salientada a difícil relação entre pescadores profissionais e pescadores de recreio. Os membros reconheceram todos a actual carência de dados relativos à pesca de recreio, podendo, em certas situações, existir uma concorrência desleal entre pescadores profissionais e pescadores de recreio. O contexto regulamentar é, para além disso, muito variável consoante as zonas. Os membros acolheram muito favoravelmente a acção do CC Mediterrânea, achando oportuno trabalhar sobre o assunto, o que faz todo o sentido, pois a pesca recreativa consta da nova PCP e existe uma real vontade de trabalhar em colaboração com os profissionais da pesca recreativa.

Foi, por isso, acordado colocar online os documentos adoptados pelo CC Mediterrânea sobre o assunto e analisar as diferentes situações nacionais aquando do próximo grupo de trabalho.

Amêijoja japonesa:

O secretário-geral informou os membros dos elementos de contexto e elementos científicos relacionados com a reivindicação francesa relativa ao tamanho mínimo desta espécie. Para além disso, foi recordado que um parecer do CC Sul sobre o assunto já tinha sido adoptado. Os membros validaram este pedido, sendo que um parecer será preparado na perspectiva do próximo Comité Executivo, para recomendar a supressão do tamanho mínimo da amêijoja japonesa a nível comunitário, bem como o estabelecimento do tamanho mínimo a nível de cada Estado Membro.

PescaTurismo

Foram apresentadas as práticas de Pescaturismo existentes nas diferentes zonas do CC Sul. No caso de França, foi mencionado que esta actividade se tinha desenvolvido muito através do eixo IV do FEP. O principal problema provém actualmente das restrições regulamentares e de uma administração pouco flexível. O sector francês mostrou-se muito interessado em prosseguir a partilha de experiências.

Nos Açores, foi referido que esta actividade estava muito regulada, mas que, infelizmente o nível de sucesso era baixo. Nas Canárias, o potencial de desenvolvimento da PescaTurismo é muito elevado, estando este, contudo, a ser travado pelas restrições regulamentares.





Organização do Grupo de Trabalho:

Foi acordado tentar preparar com maior antecedência as reuniões deste grupo de trabalho.

F. Portela Rosa indicou que a mais-valia de um CC era constituída pela qualidade do trabalho dos seus membros, sendo por conseguinte significativo focar-se nas temáticas de trabalho para estas serem as mais pertinentes possível.

Questões diversas:

* Foi proposto analisar uma alteração geral da malhagem mínima para a pesca com rede, passando esta para 100 mm no mínimo. O sector francês respondeu que esta questão devia ser apreciada pescaria por pescaria.

* Também foi realçado que algumas disposições do Regulamento Controlo não estavam adaptadas a determinadas configurações de pescarias, podendo até trazer consequências de grande impacto. Este é o caso dos prazos das notificações prévias para os pescadores para quem determinadas capturas estão submetidas a planos de gestão, apesar de pescarem perto do litoral e dos respectivos portos de origem. Muitos partilharam esta opinião, podendo, para além do mais, esta obrigação acarretar problemas em termos de segurança e prejudicar a qualidade dos dados obtidos a partir dos fluxos declarativos. Por esse motivo, um projecto de parecer sobre o assunto será proposto aquando do próximo Comité Executivo.

Principais Conclusões da Reunião:

- Dois projectos de pareceres (Tamanho mínimo da amêijoa japonesa, notificação prévia) serão propostos aquando do próximo Comité Executivo.
- Os trabalhos de partilha de experiências deverão ser prosseguidos, no respeitante à valorização e à PescaTurismo
- Uma nova temática de trabalho relativa à pesca recreativa será desenvolvida.